

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 057/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Formação de Registro de Preços para eventual prestação de serviços de borracharia como consertos, rodízio e reparos de pneus e serviços de lubrificação de veículos, máquinas e implementos da frota oficial do município de Piedade do Rio Grande.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar – Anexo I.1.

2. Prazo de vigência da contratação

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses e terá início na data de publicação da ata de registro de preços no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.3. A prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O Plano de Contratações Anual de 2026 foi elaborado em razão da Lei 14.133/21 ter entrado em vigor em 2024, e o objeto da contratação está previsto no orçamento municipal de 2026.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação se encontram pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

5.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Informações Complementares:

Compreende-se como serviço de borracharia: a execução de reparos em pneus para conter vazamentos e/ou furos, podendo ser através de aplicação de macarrões, vulcanização da carcaça, cola de câmara de ar, conforme a gravidade do dano.

Compreende-se como serviço de montagem de pneus: a remoção de um pneu para montagem de outro.

Compreende-se como serviços de lubrificação referem-se à aplicação de lubrificantes (óleos, graxas, ou outros produtos similares) em sistemas mecânicos, com o objetivo de reduzir o atrito entre peças móveis, melhorar o desempenho e prolongar a vida útil dos equipamentos. Esses serviços são essenciais para garantir o bom funcionamento de máquinas e veículos, prevenindo o desgaste excessivo e a corrosão das partes móveis.

6.1. DOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA

6.1.1. A contratada se obriga a manter instalações apropriadas, seguras e adequadas para a execução dos serviços objeto deste contrato, na área urbana do Município de Piedade do Rio Grande-MG, de modo a garantir a eficiência, a qualidade e a segurança dos serviços prestados. As referidas instalações devem atender a todas as exigências legais e regulamentares pertinentes à sua operação, incluindo, mas não se limitando, a normas de segurança, acessibilidade e condições mínimas de operação;

6.1.2. As especificações relativas às instalações da contratada, bem como a justificativa técnica para sua localização, estão detalhadamente descritas no tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, os quais fazem parte integrante deste contrato e servem como base para a verificação do cumprimento das condições estabelecidas. A contratada se compromete a manter as instalações em perfeito estado de funcionamento durante toda a vigência contratual, arcando com todas as despesas necessárias para sua manutenção, adequação e operação;

6.1.3. A empresa deverá disponibilizar profissionais capacitados e treinados para a execução dos serviços, garantindo qualidade e segurança no manuseio dos veículos;

6.1.4. A contratada se compromete a realizar os reparos em pneus furados da frota da Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande-MG, utilizando métodos adequados e eficazes, como remendos ou plugues, conforme as normas técnicas e de segurança aplicáveis à atividade. Os reparos deverão ser executados de acordo com as melhores práticas do setor, garantindo a integridade e a segurança dos pneus reparados, e proporcionando a durabilidade necessária para a continuidade das operações dos veículos da frota municipal;

6.1.5. A contratada deverá assegurar que todos os materiais utilizados nos reparos sejam de qualidade comprovada e atendam às especificações técnicas exigidas pelos fabricantes dos pneus, bem como às normas de segurança e regulamentações pertinentes. Caso a substituição do pneu seja necessária, a contratada deverá providenciar a substituição por um pneu novo ou em condições adequadas de uso, sem ônus adicional para a contratante, salvo em casos previamente acordados entre as partes;

6.1.6. A contratada se compromete a realizar o rodízio periódico dos pneus dos veículos da frota da Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande-MG, visando garantir o desgaste mais uniforme e a maior durabilidade. O rodízio deverá ser realizado de acordo com as melhores práticas recomendadas pelos fabricantes dos pneus e com base nas especificações técnicas adequadas para cada tipo de veículo, respeitando as normas de segurança e regulamentações aplicáveis;

6.1.7. A contratada deverá garantir que o procedimento de rodízio seja executado de forma a otimizar o desempenho e a segurança dos veículos da frota, evitando desgastes irregulares e custos excessivos com substituições prematuras de pneus. Caso seja identificado que algum pneu não está em



condições adequadas de uso após o rodízio, a contratada deverá providenciar a substituição por um pneu em conformidade com os padrões exigidos, sem custos adicionais para a contratante, salvo em situações previamente acordadas entre as partes;

6.1.8. Esse procedimento envolve a troca de posição dos pneus em um intervalo regular de tempo ou quilometragem, de modo que todos os pneus passem pelas mesmas condições de uso, prolongando a vida útil dos pneus e melhorando o desempenho do veículo;

6.1.9. Os pneus retirados deverão ser devolvidos consertados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo os casos que excepcionalmente, exijam trabalhos de maior complexidade, ainda assim, após a autorização e concessão de prazo específico por escrito pela Seção e Controle de Materiais e Veículos;

6.1.10. Os serviços prestados serão conferidos no ato da entrega, por responsável do departamento requisitante e poderão ser recusados se não executado com qualidade, devendo a detentora refazê-los caso rejeitado;

6.1.11. A contratada se obriga a disponibilizar atendimento para a execução dos serviços objeto deste contrato de segunda a sábado, das 08h às 19h, de forma contínua e sem interrupção, garantindo que a frota da Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande-MG não sofra paralisações durante os dias da semana;

6.1.12. A contratada se compromete a manter atendimento aos domingos, no mínimo de 08h as 13h considerando que, durante os dias úteis, torna-se mais difícil a paralisação dos veículos e maquinários da frota da Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande-MG devido à necessidade de continuidade dos serviços prestados. Tal disponibilidade visa garantir que eventuais reparos ou serviços urgentes possam ser realizados sem causar interrupções nas operações diárias da frota, minimizando impactos nas atividades da administração pública.

6.2. DOS SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO:

6.2.1. Os serviços de lubrificação serão realizados nas instalações da contratada, que deverá estar sediada na área urbana do Município de Piedade do Rio Grande-MG, com endereço à Rua do Rosário, nº 220 – Centro, conforme justificativa detalhada nos Estudos Técnicos Preliminares, que são parte integrante deste contrato;

6.2.2. A contratada se compromete a realizar os serviços de lubrificação nas partes móveis dos veículos, máquinas e implementos da frota da Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande-MG, abrangendo componentes como articulações, peças de suspensão e transmissão.

6.2.3. A contratada deverá utilizar lubrificantes de qualidade apropriada, conforme as especificações dos fabricantes dos veículos e máquinas, e atender às normas técnicas vigentes para garantir a eficiência e a segurança nos serviços prestados;

6.2.4. A contratada se compromete a disponibilizar e utilizar equipamento próprio, adequado e em perfeito estado de conservação, especificamente uma propulsora pneumática para graxa, para a execução dos serviços de lubrificação das partes móveis dos veículos, máquinas e implementos da frota da Prefeitura Municipal de Piedade do Rio Grande-MG.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.7. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.7.1. Receber provisoriamente e/ou recusar, conferir especificações técnicas, marcas, qualidade, quantidade de produtos licitados ou adquiridos pelo município, bem como acompanhar o desenvolvimento de serviços contratados, atestando a boa execução e o devido cumprimento e/ou apontando as falhas, descumprimentos, inadimplências, divergências e etc.

7.7.2. prestar apoio ao gestor do contrato, se colocando a disposição para esclarecer as dúvidas administrativas, técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

7.7.3. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e comunicações necessárias aos fornecedores para garantir à perfeita execução dos serviços ou dos fornecimentos, dando ciência ao gestor do contrato sempre que necessário;

7.7.4. atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.7.5. participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e o gestor, caso necessário;

7.7.6. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos ao gestor do contrato, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.8. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.8.1. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

7.8.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade máxima aquelas que ultrapassarem a sua competência;



- 7.8.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 7.8.4. coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 7.8.5. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 7.8.6. coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo, quando for o caso;
- 7.8.7. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- 7.8.8. realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- 7.8.9. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso; e
- 7.8.10. Acompanhar os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento entre outros.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento

- 8.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias, pelos fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).
- 8.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 8.1.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo
- 8.1.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.1.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).



8.1.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.1.9. Realizar a análise de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.1.10. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nas documentações apresentadas, quando for o caso;

8.1.11. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.1.12. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.1.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.1.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.1.16. Quando a fiscalização e a gestão do contrato justificadamente forem exercida por um único servidor, caberá a ele praticar todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo do objeto.

8.1.17. O recebimento provisório e definitivo poderá ser substituído por recibo ou outra forma simples, quando forem suficientes para atestar o atendimento das exigências contratuais.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.3.1. a data da emissão;

8.3.2. os dados do contrato e do contratante;

8.3.3. o valor a pagar; e

8.3.4. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line*, aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.6. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da entrega da nota fiscal ao município que deverá estar devidamente aprovada pelo fiscal do contrato.

Forma de pagamento

8.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#)) E DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I e no ETP – Anexo I.

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, incorreções verificadas na prestação dos serviços, para que sanados quando possível;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste instrumento;

9.1.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes na contratação e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações neste instrumento, no Edital, no contrato e no ETP.

9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.3. Comunicar ao contratante, em prazo antecipado, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto e agendas previamente combinadas, com a devida comprovação;

9.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a cobrar pelos danos sofridos;

9.2.6. Quando não for possível a verificação da regularidade o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.9. Manter preposto para auxiliar e sanar as questões referentes ao contrato, quando for o caso.

10. SANÇÕES E PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:



- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multas Moratórias:**

10.2.4.1. **Multa moratória** (art. 162 da Lei 14.133/21): por dia de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, proporcionais ao(s) item(ns) em atraso e nas seguintes condições:

a1) atraso em até 10 dias, multa moratória de 3%;

b1) atraso entre 11 e 20 dias, multa moratória de 5%;

c1) após decorrido o prazo de 20 dias, o Fiscal do Contrato ou Autoridade Superior poderá aplicar uma das sanções previstas nos subitens: 10.2.1, 10.2.2 ou 10.2.3;

10.2.4.1.1. Os prazos previstos nas alíneas “a1”, “b1” e “c1” do subitem 10.2.4.1, poderão ser suspensos, caso a CONTRATADA, tempestivamente, justifique de forma plausível o atraso, e o Fiscal do Contrato, em não havendo prejuízos ao CONTRATANTE, aceite prorrogar o prazo de realização do serviço, não podendo ser superior a metade do que foi inicialmente contratado. Após decorrido esse prazo, se iniciará automaticamente a contagem da multa moratória.

10.2.4.1.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em multa compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei;

10.2.4.1.3. Em razão dos prazos estabelecidos pelos órgãos a que se pretende conveniar ou já conveniado, os casos em que a realização do serviço ocorrer com atrasos, mesmo que inferior aos previstos nas alíneas “a1”, “b1” e “c1”, a Administração poderá converter a multa moratória em compensatória, além de adotar outras medidas cabíveis, sem prejuízo da extinção unilateral do contrato e



ajuizamento para ressarcimento do erário público em caso de dano causado ao município.

10.2.5. Multas compensatórias:

10.2.5.1. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 15% a 30% do valor do Contrato;

10.2.5.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 15% a 30% do valor do Contrato;

10.2.5.3. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 5% a 30% do valor do Contrato;

10.2.5.4. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 1% a 15% do valor do Contrato;

10.2.5.5. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).





- 10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;
- 10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido de outros contratos administrativos que o contratado possua com o contratante.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO [UNITÁRIO POR ITEM]**, sob o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

Exigências de habilitação

11.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

11.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

11.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



11.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

11.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.12. [Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional](#), mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.14. [Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho](#), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.15. [Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual](#) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.15.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.15.1.1. Caso a licitante (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas) não possua a certidão de isenção de tributos relacionados ao objeto contratual, o pregoeiro poderá abrir prazo legal de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente justificado e solicitado pela licitante, para a licitante apresentar a referida certidão de isenção.

11.16. [Prova de inscrição no cadastro Municipal](#) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.16.1. Caso a prefeitura do domicílio da licitante não emitir certidão de inscrição municipal, o pregoeiro poderá considerar o registro com o número de inscrição contido na CND Municipal ou em outro documento municipal constante no certame, se houver;

11.16.2. O Pregoeiro também poderá consultar o órgão municipal sobre a emissão ou não da referida inscrição;

11.17. [Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital \(CND\)](#) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.18. [Prova de regularidade com a Fazenda Municipal \(CND\)](#) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



11.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

11.21. Não será exigida qualificação econômica financeira, em razão do baixo valor e para privilegiar as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

Qualificação Técnica

11.22. Não será exigida qualificação técnica, em razão do baixo valor e para privilegiar as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas;

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado da contratação e as especificações mínimas exigidas para execução dos serviços são os que constam na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Un.	Mediana	Valor Total estimado
1.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 275.80R22,5 sem câmara de ar para caminhões e ônibus	10	UN.	R\$ 36,60	R\$ 366,00
2.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 12.4-24 sem câmara de ar para trator	03	UN.	R\$ 67,44	R\$ 202,32
3.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 18.4-30 sem câmara de ar para trator.	03	UN.	R\$ 67,44	R\$ 202,32
4.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 14.9-24 sem câmara de ar para trator	05	UN.	R\$ 67,44	R\$ 337,20
5.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 18.4-34 sem câmara de ar para trator	02	UN.	R\$ 67,44	R\$ 134,88
6.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 10.00-20, sem câmara de ar, para caminhões.	06	UN.	R\$ 44,44	R\$ 266,64
7.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 275.75R16C sem câmara de ar para Van	05	UN.	R\$ 36,60	R\$ 183,00
8.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 225.70R17C sem câmara de ar para ambulância Hillux	03	UN.	R\$ 36,60	R\$ 109,80
9.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 17,5.25 sem câmara de ar para patrol, Pá Carregadeira e retroescavadeira	10	UN.	R\$ 62,74	R\$ 627,40
10.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 12,5.80-18 sem câmara de ar para retroescavadeira	05	UN.	R\$ 62,74	R\$ 313,70
11.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 215.75R17,5 sem câmara de ar para micro-ônibus	03	UN.	R\$ 52,28	R\$ 156,84



12.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 235.75R17,5 sem câmara de ar para micro-ônibus	03	UN.	R\$ 52,28	R\$ 156,84
13.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 7.50-16 sem câmara de ar para implementos (carretinha e chorume)	05	UN.	R\$ 41,82	R\$ 209,10
14.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 6.50-16 sem câmara de ar para implementos (carretinha e chorume)	08	UN.	R\$ 41,82	R\$ 334,56
15.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 9.00-20 sem câmara de ar para caminhão e ônibus	10	UN.	R\$ 31,37	R\$ 313,70
16.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 14.00-24 sem câmara de ar para implementos (Patrol e rolo)	05	UN.	R\$ 62,74	R\$ 313,70
17.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 215.65R16C, sem câmara de ar, para viatura da polícia	03	UN.	R\$ 41,82	R\$ 125,46
18.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 185R14C, sem câmara de ar, para Kombi	03	UN.	R\$ 31,37	R\$ 94,11
19.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 245.70R16, sem câmara de ar, para caminhonete S10	03	UN.	R\$ 41,82	R\$ 125,46
20.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 175.70R13 sem câmara de ar para veículo leve	03	UN.	R\$ 31,37	R\$ 94,11
21.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 175.70R14 sem câmara de ar para veículo leve	15	UN.	R\$ 31,37	R\$ 470,55
22.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 165.70R14 sem câmara de ar para veículo leve	05	UN.	R\$ 31,37	R\$ 156,85
23.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 185.65R14 sem câmara de ar para veículo leve	03	UN.	R\$ 31,37	R\$ 94,11
24.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 195.65R15 sem câmara de ar para veículo leve	03	UN.	R\$ 31,37	R\$ 94,11
25.	Fornecimento de bico, incluso a troca/substituição, para pneu 205.60R16 sem câmara de ar para veículo leve	03	UN.	R\$ 31,37	R\$ 94,11
26.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 275.80R22,5 para caminhões e ônibus	10	UN.	R\$ 108,00	R\$ 1.080,00
27.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 12.4-24 para trator	03	UN.	R\$ 334,59	R\$ 1.003,77
28.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 18.4-30 para trator	03	UN.	R\$ 588,00	R\$ 1.764,00
29.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 14.9-24 para trator	05	UN.	R\$ 325,00	R\$ 1.625,00
30.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 18.4-34 sem câmara de ar para trator	02	UN.	R\$ 588,00	R\$ 1.176,00



31.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 10.00-20 para caminhão	06	UN.	R\$ 186,00	R\$ 1.116,00
32.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 275.75R16C para Van	05	UN.	R\$ 109,79	R\$ 548,95
33.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 225.70R17C sem câmara de ar para ambulância Hillux	03	UN.	R\$ 104,56	R\$ 313,68
34.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 17,5.25 para patrol, Pá Carregadeira e retroescavadeira	10	UN.	R\$ 660,00	R\$ 6.600,00
35.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 12,5.80-18 para retroescavadeira	05	UN.	R\$ 188,00	R\$ 940,00
36.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 215.75R17,5 para micro-ônibus	03	UN.	R\$ 129,00	R\$ 387,00
37.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 235.75R17,5 para micro-ônibus	05	UN.	R\$ 129,00	R\$ 645,00
38.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 7.50-16 para implementos (carretinha e chorume)	05	UN.	R\$ 125,00	R\$ 625,00
39.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 6.50-16 para implementos (carretinha e chorume)	08	UN.	R\$ 125,00	R\$ 1.000,00
40.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 9.00-20 para caminhão e ônibus	10	UN.	R\$ 186,00	R\$ 1.860,00
41.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 14.00-24 para implementos (Patrol e rolo)	03	UN.	R\$ 438,00	R\$ 1.314,00
42.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 215.65R16C para viatura da polícia	03	UN.	R\$ 104,56	R\$ 313,68
43.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 185R14C para Kombi	03	UN.	R\$ 67,96	R\$ 203,88
44.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 245.70R16 para caminhonete S10	03	UN.	R\$ 135,93	R\$ 407,79
45.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 175.70R13 para veículo leve	03	UN.	R\$ 67,96	R\$ 203,88
46.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 175.70R14 para veículo leve	15	UN.	R\$ 67,96	R\$ 1.019,40
47.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 165.70R14 para veículo leve	05	UN.	R\$ 67,96	R\$ 339,80
48.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 185.65R14 para veículo leve	03	UN.	R\$ 67,96	R\$ 203,88
49.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 195.65R15 para veículo leve	03	UN.	R\$ 73,19	R\$ 219,57



50.	Fornecimento de Câmara de ar, incluso a troca/substituição, para pneu 205.60R16 para veículo leve	03	UN.	R\$ 125,47	R\$ 376,41
51.	Fornecimento de protetor de aro, incluso a troca/substituição, para pneu 275.80R22,5 para caminhões e ônibus	10	UN.	R\$ 94,10	R\$ 941,00
52.	Fornecimento de protetor de aro, incluso a troca/substituição, para pneu 12.4-24 para trator	03	UN.	R\$ 270,00	R\$ 810,00
53.	Fornecimento de protetor de aro, incluso a troca/substituição, para pneu 18.4-30 para trator	03	UN.	R\$ 360,00	R\$ 1.080,00
54.	Fornecimento de protetor de aro, incluso a troca/substituição, para pneu 14.9-24 para trator	05	UN.	R\$ 240,00	R\$ 1.200,00
55.	Fornecimento de protetor de aro, incluso a troca/substituição, para pneu 10.00-20 para caminhão	06	UN.	R\$ 74,81	R\$ 448,86
56.	Fornecimento de protetor de aro, incluso a troca/substituição, para pneu 17,5.25 para patrol, Pá Carregadeira e retroescavadeira	10	UN.	R\$ 280,00	R\$ 2.800,00
57.	Fornecimento de protetor de aro, incluso a troca/substituição, para pneu 7.50-16 para implementos (carretinha e chorume)	05	UN.	R\$ 73,33	R\$ 366,65
58.	Fornecimento de protetor de aro, incluso a troca/substituição, para pneu 6.50-16 para implementos (carretinha e chorume)	08	UN.	R\$ 73,33	R\$ 586,64
59.	Fornecimento de protetor de aro, incluso a troca/substituição, para pneu 9.00-20 para caminhão e ônibus	10	UN.	R\$ 94,10	R\$ 941,00
60.	Fornecimento de protetor de aro, incluso a troca/substituição, para pneu 14.00-24 para implementos (Patrol e rolo)	05	UN.	R\$ 156,84	R\$ 784,20
61.	Fornecimento de anel de vedação, incluso a troca/substituição, para pneu 17.5.25 para Pá Carregadeira.	05	UN.	R\$ 210,00	R\$ 1.050,00
62.	Fornecimento e instalação de manchão nº 01	30	UN.	R\$ 12,55	R\$ 376,50
63.	Fornecimento e instalação de manchão nº 02	30	UN.	R\$ 26,14	R\$ 784,20
64.	Fornecimento e instalação de manchão nº 03	30	UN.	R\$ 26,14	R\$ 784,20
65.	Fornecimento e instalação de manchão nº 04	30	UN.	R\$ 26,14	R\$ 784,20
66.	Fornecimento e instalação de manchão nº 05	30	UN.	R\$ 41,82	R\$ 1.254,60
67.	Fornecimento e instalação de manchão nº 06	30	UN.	R\$ 62,74	R\$ 1.882,20
68.	Fornecimento e instalação de manchão nº 07	30	UN.	R\$ 67,96	R\$ 2.038,80



69.	Fornecimento e instalação de manchão nº 08	30	UN.	R\$ 83,65	R\$ 2.509,50
70.	Fornecimento e instalação de manchão nº 09	30	UN.	R\$ 97,00	R\$ 2.910,00
71.	Prestação de serviços de vulcanização para rodas de aro de 03 a 09	30	UN.	R\$ 67,96	R\$ 2.038,80
72.	Prestação de serviços de vulcanização para rodas de aro de 10 a 17	30	UN.	R\$ 67,96	R\$ 2.038,80
73.	Prestação de serviços de vulcanização para rodas de aro a partir do tamanho 18	30	UN.	R\$ 31,37	R\$ 941,10
74.	Prestação de serviços de lubrificação de máquinas com uso de graxa lubrificante grau NLGI 2, incluso mão de obra para trator agrícola.	50	UN.	R\$ 83,65	R\$ 4.182,50
75.	Prestação de serviços de lubrificação de máquinas com uso de graxa lubrificante grau NLGI 2, incluso mão de obra para Retroescavadeira	50	UN.	R\$ 83,65	R\$ 4.182,50
76.	Prestação de serviços de lubrificação de máquinas com uso de graxa lubrificante grau NLGI 2, incluso mão de obra para Patrol motoniveladora	50	UN.	R\$ 94,10	R\$ 4.705,00
77.	Prestação de serviços de lubrificação de máquinas com uso de graxa lubrificante grau NLGI 2, incluso mão de obra para Pá carregadeira	50	UN.	R\$ 83,65	R\$ 4.182,50
78.	Prestação de serviços de lubrificação de máquinas com uso de graxa lubrificante grau NLGI 2, incluso mão de obra para Rolo compactador.	50	UN.	R\$ 83,65	R\$ 4.182,50
79.	Prestação de serviços de lubrificação de máquinas com uso de graxa lubrificante grau NLGI 2, incluso mão de obra para Caminhões basculantes	50	UN.	R\$ 83,65	R\$ 4.182,50
80.	Prestação de serviços de lubrificação de máquinas com uso de graxa lubrificante grau NLGI 2, incluso mão de obra para caminhão compactador de Lixo.	50	UN.	R\$ 83,65	R\$ 4.182,50
81.	Prestação de serviços de lubrificação de máquinas com uso de graxa lubrificante grau NLGI 2, incluso mão de obra para ônibus.	50	UN.	R\$ 83,65	R\$ 4.182,50
82.	Prestação de serviços de lubrificação de máquinas com uso de graxa lubrificante grau NLGI 2, incluso mão de obra para micro-ônibus.	50	UN.	R\$ 83,65	R\$ 4.182,50
83.	Prestação de serviços de lubrificação de máquinas com uso de graxa lubrificante grau NLGI 2, incluso mão de obra para implementos agrícolas.	50	UN.	R\$ 83,65	R\$ 4.182,50
84.	Prestação de serviços de rodízio de pneus para veículos leves e médios com aro de medida de 13 a aro 19. A unidade se refere a cada pneu trocado.	100	UN.	R\$ 15,68	R\$ 1.568,00
85.	Prestação de serviços de rodízio de pneus para veículos pesados (caminhões e ônibus) com aro com medidas a partir de 20. A unidade se refere a cada pneu trocado.	100	UN.	R\$ 47,05	R\$ 4.705,00
86.	Prestação de serviços de rodízio de pneus para máquinas pesadas (Patrol, retroescavadeira, pá carregadeira, rolo compactador e tratores roda dianteira). A unidade se refere a cada pneu trocado.	100	UN.	R\$ 73,19	R\$ 7.319,00



87.	Prestação de serviços de rodízio de pneus para tratores roda traseira. A unidade se refere a cada pneu trocado.	100	UN.	R\$ 94,10	R\$ 9.410,00
88.	Prestação de serviços de troca de pneus dianteiros novos por usados para tratores. A unidade se refere a cada pneu trocado.	20	UN.	R\$ 73,19	R\$ 1.463,80
89.	Prestação de serviços de troca de pneus traseiros novos por usados para tratores. A unidade se refere a cada pneu trocado.	20	UN.	R\$ 94,10	R\$ 1.882,00
90.	Prestação de serviços de troca de pneus novos por usados para retroescavadeira. A unidade se refere a cada pneu trocado.	30	UN.	R\$ 94,10	R\$ 2.823,00
91.	Prestação de serviços de troca de pneus novos por usados para pá carregadeira. A unidade se refere a cada pneu trocado.	300	UN.	R\$ 94,10	R\$ 28.230,00
92.	Prestação de serviços de troca de pneus novos por usados para rolo compactador. A unidade se refere a cada pneu trocado.	10	UN.	R\$ 73,19	R\$ 731,90
93.	Prestação de serviços de troca de pneus novos por usados para caminhões ônibus e micro-ônibus. A unidade se refere a cada pneu trocado.	40	UN.	R\$ 62,74	R\$ 2.509,60
94.	Prestação de serviços de troca de pneus novos por usados para carrinho de mão. A unidade se refere a cada pneu trocado.	05	UN.	R\$ 10,46	R\$ 52,30
95.	Prestação de serviços de troca de pneus novos por usados para tratorzinho de cortar grama Husqvarna. A unidade se refere a cada pneu trocado.	10	UN.	R\$ 10,46	R\$ 104,60
96.	Prestação de serviços de remendo de pneus para Patrol	20	UN.	R\$ 83,65	R\$ 1.673,00
97.	Prestação de serviços de remendo de pneus para Pá carregadeira	20	UN.	R\$ 67,00	R\$ 1.340,00
98.	Prestação de serviços de remendo de pneus para Retroescavadeira Pneu dianteiro	20	UN.	R\$ 67,00	R\$ 1.340,00
99.	Prestação de serviços de remendo de pneus para Retroescavadeira pneu traseiro	20	UN.	R\$ 67,00	R\$ 1.340,00
100.	Prestação de serviços de remendo de pneus para Trator pneu dianteiro	20	UN.	R\$ 62,74	R\$ 1.254,80
101.	Prestação de serviços de remendo de pneus para Trator pneu traseiro	20	UN.	R\$ 67,96	R\$ 1.359,20
102.	Prestação de serviços de remendo de pneus para Caminhão, Ônibus e Micro-ônibus	30	UN.	R\$ 57,51	R\$ 1.725,30
103.	Prestação de serviços de remendo de pneus para veículos leves e médios de aro na medida de 13 ao aro 17	40	UN.	R\$ 13,07	R\$ 522,80
104.	Prestação de serviços de remendo de pneus para tratorzinho de cortar grama Husqvarna	10	UN.	R\$ 15,68	R\$ 156,80
105.	Prestação de serviços de remendo de pneus para carrinho de mão.	10	UN.	R\$ 10,46	R\$ 104,60



12.2. O valor total estimado da contratação é de **R\$174.178,01 (cento e setenta e quatro mil cento e setenta e oito reais e um centavo)**.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

13.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será apresentada para formalização das contratações, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 2.989, de 20 de dezembro de 2023.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. Responsáveis:

Município de Piedade do Rio Grande, 19 de maio de 2026.

Cláudio Rodolfo Oliveira
Pregoeiro/Agente de Contratação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7EE5-A68C-665C-CF43

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CLÁUDIO RODOLFO OLIVEIRA (CPF 108.XXX.XXX-14) em 19/05/2026 16:38:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://piedade.doriogrande.1doc.com.br/verificacao/7EE5-A68C-665C-CF43>